

A REFERENCIAÇÃO E A REIVINDICAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA

Lorena Santana Gonçalves*
Maria da Penha Pereira Lins**

Resumo: Neste artigo, a categorização é entendida como um importante elemento da linguagem, que contribui com a representação da imagem social. Por isso, apoiamos-nos em Goffman (1980, 1992) e Brown & Levinson (1975) para entender questões relacionadas à imagem pública. Esses autores desenvolvem suas teorias em um viés considerado tradicional, pois centram sua atenção na intenção do falante, que almeja sempre salvar sua face, a partir do uso de atos de polidez. Para entender questões relacionadas à referenciação e à construção de objeto de discurso, damos enfoque a autores que contribuíram de forma memorável aos estudos da Linguística Textual: Mondada & Dubois (2003), Koch (2004, 2005b, 2008a, 2008b), Marcuschi (2007, 2008) e Cavalcante (2011).

Palavras-chave: Identidade social; Construção de face; Referenciação.

Abstract: This paper focuses on the categorization as an important language feature that contributes to the representation of the social image. To understand the issues related to public image, this study presents an overview of Goffman (1980, 1992) and Brown & Levinson (1975), since they built their theories upon a traditional point of view, emphasizing the speaker's intention who always aims to save his/her own face using acts of politeness. It is also highlighted some authors who has provided the field of Textual Linguistic research with remarkable insights into the concepts of Referentiation and the construction of the discourse object: Mondada & Dubois (2003), Koch (2004, 2005b, 2008a, 2008b), Marcuschi (2007, 2008) and Cavalcante (2011).

Keywords: Identity; Face claim; Referentiation.

Introdução

Partindo de um viés tradicional, no contexto dos estudos lógico-semânticos, a referência é tratada como um problema de representação do mundo real, isto é, como uma representação mental da realidade, avaliada, portanto, em termos vericondicionais. De forma geral,

Essa perspectiva caracteriza-se por produzir teorias da compreensão e da produção textual em que, de um lado, está o texto com conteúdos objetivamente inscritos e, de

* Doutoranda em Língua e Cultura pela UFBA, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil, ls.goncalves@hotmail.com.

** Professora Doutora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, penhalins@terra.com.br

outro, indivíduos que, em condições específicas, podem captar os conteúdos sem maiores problemas. Para esses autores, tanto a linguagem como o mundo estão previamente discretizados e podem ser correlacionados (MARCUSCHI, 2008, p. 139).

Indo de encontro a essa postulação objetivista, buscando superar os impasses causados pela forte oposição internalista e externalista no campo dos estudos da linguagem, entramos em conformidade com Mondada & Dubois (2003), Koch (2004, 2005b, 2008a, 2008b) e Marcuschi (2007, 2008), para em vez de *referência*, tratarmos de *referenciação*.

Essa opção na utilização dos termos não se restringe, apenas, a questões de nomenclaturas, mas a pressupostos teórico-epistemológicos: entendemos língua e linguagem como não referenciais, pois na relação entre palavras e coisas há uma instabilidade resultante da ação dos sujeitos em determinados contextos interacionais. As formas como os sujeitos categorizam o mundo estão relacionadas às suas formas de percepção e reação; por isso, Marcuschi (2007) afirma que a língua não é mais vista como um retrato, mas sim um trato do mundo. O importante, então, é levar em consideração a interação, a cultura, a experiência e os aspectos situacionais que interferem na determinação referencial.

Koch (2004) explica que as categorias utilizadas na descrição do mundo alteram-se sincrônica e diacronicamente, “elas são plurais e mutáveis, antes de serem fixadas normativa ou historicamente” (KOCH, 2004, p. 54). Torna-se, portanto, necessário estudar a categorização como uma decisão dos atores sociais, em que o objetivo é descrever os procedimentos linguísticos e cognitivos por meio dos quais esses atores referenciam. No discurso, “aquilo que é habitualmente considerado um ponto estável de referência para as categorias pode ser de-categorizado, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista” (KOCH, 2004, p. 56).

Podemos, com isso, afirmar que as categorias utilizadas para descrever o mundo não são cristalizadas, mas adaptadas de acordo com as necessidades comunicativas dos indivíduos em determinada interação. A referência, portanto, deve ser pensada a partir de um processo de categorização e recategorização por meio de expressões nominais de objetos que são construídos pelo discurso, e não algo que está além do mental. Durante as práticas e ações postas em curso nos enunciados, são criadas versões de mundo pelos falantes a partir de seus propósitos comunicativos.

Nesse panorama, em vez de referenciar uma realidade preexistente, nos textos, são introduzidos objetos de discurso, chamados também de referentes, que são construídos

interativamente e cognitivamente pelos sujeitos falantes por meio de estratégias de categorização e recategorização: “os objetos de discurso são dinâmicos, isto é, uma vez introduzidos, vão sendo modificados, desativados, reativados, recategorizados, de modo a construir-se ou reconstruir-se o sentido no curso da progressão textual” (KOCH, 2008b, p.101).

O problema, então, não é mais de se perguntar como a informação é transmitida ou como o mundo é descrito, e sim de buscar como as atividades humanas, tanto cognitivas, quanto linguísticas, estruturam e dão sentido ao mundo. Em outros termos, seguindo o viés de Mondada & Dubois (2003, p. 20), “falaremos de *referenciação*, tratando-a, assim como à categorização, como advinda de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada” (grifo das autoras).

A referenciação reporta-se a diversas maneiras de introduzir no texto novas entidades ou referentes. À medida em que esses referentes são retomados mais adiante, no contexto, ou servem como introdutores de novos referentes, temos a progressão referencial. Tanto a referenciação, como a progressão referencial, consistem na construção e reconstrução de objetos de discurso (KOCH, 2004, 2005b; KOCH & ELIAS, 2006).

Assim, o sujeito da interação verbal opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para concretização de sua proposta de sentido. Por isso, o uso de expressões referenciais é fundamental para a construção da coesão textual.

Koch (2004, 2005b) explica que na constituição da memória discursiva, isto é, na construção dos referentes textuais, estão envolvidas como operações básicas as estratégias de referenciação denominadas Ativação, Reconstrução e Desfocalização.

Na Ativação, o objeto de discurso é introduzido no modelo textual; na Reconstrução, um objeto de discurso já presente na memória discursiva é reativado por uma expressão referencial; e na Desfocalização, um objeto de discurso introduzido é tirado de foco por outro, que passa a ocupar a posição focal no texto (KOCH, 2004).

Dando enfoque à Ativação, ela geralmente acontece pelo uso de um nome próprio, quando há a nomeação do objeto, ou de uma expressão nominal, quando há uma primeira categorização do objeto de discurso. Também há casos de a introdução acontecer pelo uso de um pronome catafórico:

Trata-se de um recurso bastante utilizado em textos de caráter retórico, em narrativas de suspense e mesmo em matérias opinativas de periódicos: protela-se a enunciação do objeto, com o fim de convidar o interlocutor a uma especulação sobre qual seria, afinal, o objeto em tela (KOCH, 2008b, p. 102).

De forma geral, a Ativação do objeto de discurso pode acontecer de duas maneiras: não ancorada ou ancorada. A primeira ocorre quando um objeto de discurso novo é introduzido no texto, sem qualquer âncora, passando a ocupar um nódulo cognitivo no interlocutor. Ao passo que a segunda ocorre quando um novo objeto de discurso é introduzido no texto, em virtude de algum tipo de associação elementos (âncoras cognitivas) presentes no co(n)texto, passível de ser interpretada por associação e/ ou inferenciação. Estão, entre esses casos, as anáforas associativas e as anáforas indiretas. Para Koch (2004), nesse grupo também entram as nominalizações:

São casos de ativação ancorada as anáforas indiretas e associativas, bem como as expressões anafóricas por meio das quais se criam novos objetos de discurso, ao operar-se a sumarização/ encapsulamento de segmentos textuais, quer por meio de pronomes neutros (isto, isso, aquilo, o), quer por meio de expressões nominais, quando, então, ocorre a rotulação (KOCH, 2008, p. 102-103).

Dessa forma, em conformidade com Koch & Elias (2006), as anáforas associativa e indireta são formas de introdução de objeto de discurso no contexto. Antes delas serem introduzidas no cotexto, só há pistas textuais que serão complementadas com a sua introdução no texto. Portanto, as anáforas associativas e indiretas não são formas de continuidade textual, mas sim ativação de objeto de discurso.

A partir do exposto, acreditamos que a referenciação, por se tratar de escolhas lexicais a fim de alcançar um projeto de dizer, está linguisticamente associada à forma como o indivíduo interage sociocognitivamente com o mundo e, por isso, dá pistas da sua identidade. Melhor explicando, ao interagirem pela linguagem, as pessoas constroem uma imagem pelo discurso, e, a partir desse discurso, tentam traçar um comportamento condizente com o seu propósito. Assim,

Quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar (GOFFMAN, 1992, p. 21).

Isso porque em qualquer esfera de interação social, são traçadas algumas regras para que os participantes as sigam. Essas regras não são rígidas, mas se um participante quer ser aceito, deve segui-las. Tais normas englobam o indivíduo como um todo: vão desde a forma de se vestir até os empregos linguísticos utilizados dentro do ambiente interacional proposto. As pessoas se comportam buscando ser congruentes com as expectativas que têm de suas imagens públicas, em outras palavras, suas faces.

Logicamente, determinados regulamentos variam de cultura para cultura, e o esforço em tentar manter a face, definido como polidez, também é alterado. Um exemplo para essa questão é apresentado por Yule (1996), ao dissertar sobre os falantes de inglês:

O falante que tem um menor status social em um contexto de inglês falado tende a marcar a distância social entre ele e o falante que tem mais status usando formas de tratamento que incluem um título e o último nome, mas não o primeiro nome (por exemplo, Mrs. Clinton, Mr. Adams, Dr. Dand). (YULE, 1996, p. 59).¹

Com o mesmo propósito social, mas usando marcações distintas do inglês, citamos o português falado, em que os falantes, para marcar a distância social, utilizam o pronome de tratamento representado por um título seguido do primeiro nome, como, por exemplo, Dona Maria, Dr. Antônio, Presidenta Dilma. Nesse contexto, concordamos com Yule (1996, p. 59), ao postular que “hoje, muito do que nós dizemos, e grande parte do que comunicamos, é determinado por nossas relações sociais. Uma interação linguística é necessariamente uma interação social”.²

A categorização e sua relação com a imagem social

Como o ato de comunicar está diretamente ligado às relações sociais, a polidez é utilizada como estratégia de construção e preservação de face mediante essas relações. Por isso, no campo da Linguística Textual essa questão pragmática é de profunda importância,

¹ “Speakers who see themselves as lower status in English-speaking contexts tend to mark social distance between themselves and higher status speakers by using address forms that include a title and a last name, but not the first name (for example, Mrs. Clinton, Mr. Adams, Dr. Dang)” (YULE, 1996, p. 59).

² “Yet, much of what we say, and a great deal of what we communicate is necessarily a social interaction” (YULE, 1996, p. 59).

uma vez que são pistas das intenções comunicativas dos sujeitos, isto é, referem-se ao projeto de dizer dos indivíduos contextualmente inseridos, que constroem seu discurso em conformidade com a imagem que pretendem construir perante seu meio social. Em outras palavras, a forma como os falantes categorizam seus objetos de discurso é um reflexo da relação pragmática deles com o que referenciam. Portanto, a categorização é uma estratégia linguística fundamental na construção de face.

Goffman (1992 [1959])³, em sua primeira obra sobre o comportamento humano, publicada nos anos de 1950 e intitulada de *The presentation of self in everyday life*, utiliza uma metáfora teatral para expor sua teoria social sobre imagem. Para ele, quando um indivíduo se apresenta diante de outros, procura controlar as impressões que transmite, pois, quando chega em um determinado ambiente social, as pessoas geralmente procuram informações a seu respeito ou fornecem as que já possuem, tais como situação socioeconômica geral, o que pensa de si mesmo, a atitude a respeito deles, a capacidade, a confiança que merece, etc.

Essas informações servem para defini-lo de forma geral, “tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada” (GOFFMAN, 1992, p. 11).

Apesar dessa reflexão sobre o comportamento social, é em *Interaction Ritual*, publicada nos anos de 1960, que Goffman (1980 [1960])⁴ formula sua teoria sobre face. Para o autor, o termo *face* é definido como

O valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama pra si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados (GOFFMAN, 1980, p. 76-77).

Embora a face social de uma pessoa seja o que ela possui de mais pessoal, “trata-se apenas de um empréstimo que lhe foi feito pela sociedade: poderá ser-lhe retirada caso não se comporte de modo a merecê-la” (GOFFMAN, 1980, p. 81). Por isso o auto-respeito e a

³ A referência utilizada é a 5ª edição, de 1992, da tradução feita em 1985 por Maria Célia Raposo, com o título *Representações do Eu na vida cotidiana*. A obra original em inglês data de 1959.

⁴ Utilizamos a tradução de 1980, intitulada *A Elaboração da Face*. O original data de 1967, com o título de *On Face-Work*, capítulo do livro *Interaction Ritual*, de Goffman.

consideração são duas regras para manter a própria face e a face de outros participantes numa interação.

Para melhor entender essa questão, podemos observar um tipo de interação em que uma pessoa fala de um amigo para os amigos dele. Com o objetivo de manter sua face, essa pessoa irá emitir um ato de fala condizente com sua intenção. Se ela pretende ser aprovado por aquele grupo, ela irá emitir atos de salvamento de face do seu amigo, de forma a salvar a sua própria face.

A relação entre estratégias de polidez e referenciação

O texto a seguir, veiculado em sites de relacionamentos, é uma forma de interação em que um indivíduo (X), por vontade própria, cria um texto cuja construção objetiva a construção de imagem positiva de outro indivíduo (Y):

a Lora é a princesinha da minha vida.

Mais parece aquelas emergentes, das plebéias que viraram princesa, sabe? ou daquelas princesas que, no fundo, são simples.

Às vezes tenho vontade de matá-la. pq tem uns jeitos tão estranhos de me consolar que quando penso:

To dentro de um buraco. Não vou sair mais. E toda vez que tento, caio e me arranho, me machuco, muito. Ela vem, com um vários baldes de água e me destrói. Enche o buraco de água e eu penso *Putaquepariu! vou me afogar!*

Depois, com a cara mais lavada do mundo, ela diz: agora bóa.

Lora, brigada pelo carinho, pela amizade, pelo companheirismo. E pode ter certeza que é tudo recíproco.

Se isso é amor? Pode ser...

No contexto das teorias pragmáticas sobre imagem social, esse texto é uma construção que se dá por atos de salvamento de face (BROWN & LEVINSON, 1987), sem que antes tenha havido uma ameaça à face. O seu efeito de sentido é, além da construção pública da imagem de (Y), a construção da imagem de (X). Para melhor compreender essa questão, retomamos a teoria de polidez desenvolvida por Brown & Levinson (1978).

Brown & Levinson (1978) partem da noção, desenvolvida por Goffman (1980 [1967]), de face como uma espécie de máscara utilizada pelos indivíduos para serem aceitos socialmente, redefinindo-a como “a autoimagem pública que cada membro quer reivindicar para si” (BROWN & LEVINSON, 1978, p. 61)⁵. Face é uma competência que todo membro adulto de uma sociedade possui, com investimento emocional, podendo ser perdida, mantida ou intensificada, por isso, deve ser constantemente cuidada numa interação. A face consiste em dois aspectos:

- 1) **face negativa:** é a da reivindicação de territórios, dos desejos pessoais de liberdade de ação e de ausência de imposição;
- 2) **face positiva:** consiste no desejo de que a autoimagem, ou a personalidade seja apreciada e aprovada.

Os autores explicam que o falante pode apresentar os dois tipos de face, construídas de acordo com o “verdadeiro eu” do indivíduo, somado a fatores como o prestígio pretendido e as expectativas em relação à sua imagem pública. Se ele deseja ser agradável aos outros, ser aceito; ou se almeja agir livremente, ser independente e não sofrer imposições.

Numa interação, as pessoas procuram cooperar e pressupõem a cooperação mútua para que suas faces sejam mantidas. A face é vulnerável, uma vez que os falantes entram em interação, elas são postas em desequilíbrio, por isso, qualquer ato de fala pode ser uma ameaça. Sendo assim, para que a face seja mantida, os falantes cooperam, a não ser que queiram atingir uma das faces do outro.

Entretanto, para Brown & Levinson (1978), não há ato de fala numa interação sem haver ameaça à face. Os atos ameaçadores de faces podem ser divididos em:

- a) **Atos ameaçadores da face negativa do falante:** são atos que representam um comprometimento, como as promessas, as propostas, os julgamentos, os agradecimentos, aceitar ofertas, aceitar desculpas etc.;
- b) **Atos ameaçadores da face positiva do falante:** são atos que representam uma auto-humilhação, como reconhecimentos de limitações, as confissões, o pedido de desculpas, as autocríticas etc.;

⁵ “The public self-image that every member wants to claim for himself”. (BROWN & LEVINSON, 1978, p. 61).

- c) Atos ameaçadores da face negativa do ouvinte:** são os atos que ameaçam a liberdade de ação do ouvinte; são, por exemplo, as perguntas indiscretas, os pedidos, as ordens, as proibições, os conselhos não solicitados, as cobranças de favor, as ameaças etc.;
- d) Atos ameaçadores da face positiva do ouvinte:** são atos que censuram a imagem que o indivíduo quer construir, indicando que *F* não se importa com os sentimentos e desejos de *O*. Como exemplos, temos as críticas, as refutações, as censuras, os insultos, os escárnios, falar sobre assuntos inapropriados etc.

Para Brown e Levinson (1978), para minimizar o potencial de ameaça à face de ouvinte, o falante utiliza estratégias a fim de deixar bem claro que seu desejo não é ameaçar a face do ouvinte, mas de comunicar o conteúdo almejado. A ação atenuadora pode acontecer direcionada para a face positiva (desejo de aprovação) ou para a face negativa (liberdade de ação) do ouvinte: no primeiro caso, trata-se de polidez positiva; no segundo, de polidez negativa.

Nessa questão, discordamos um pouco de Brown e Levinson (1978), pois, no Texto acima exposto, ao apresentar um julgamento de (Y), na teoria, (X) estaria emitindo um Ato de ameaça a sua própria face. Entretanto, esse julgamento é positivo, e para fazê-lo utiliza estratégias de polidez positiva, sem haver uma ameaça, por isso, utiliza um ato de salvamento de face.

Para que esse efeito de sentido ocorra, são importantes as estratégias de processamento textual da referenciação, isto é, categorizações e recategorizações de objetos de discurso. É pela forma como (X) referencia seu objeto de discurso (Y) que poderemos inferir suas apreciações sobre ele.

Assim, a introdução do objeto de discurso é feita por nomeação em *A Lors*, em que, de acordo com a cultura brasileira, *Lors* pode ser entendido como um apelido, o que demonstra uma relação de proximidade, que, para Brown e Levinson (1978), é uma estratégia de polidez. Em seguida (X) faz uma primeira categorização no predicado do sujeito: *a princesinha da minha vida*, reafirmando essa relação carinhosa.

Mais uma vez (X) lança mão da estratégia de polidez positiva no trecho *Mais parece aquelas emergentes, das plebeias que viraram princesa, sabe? ou daquelas princesas que, no fundonofundo, são simples*, em que há uma recategorização por anáfora metafórica.

A partir de uma expressão nominal indefinida (1), que funciona como rotulação catafórica, (X) introduz sua narração categorizadora por meio de metáfora (2), em que mais uma vez demonstra um relação de amizade com (Y). Entretanto, nessa metáfora, é também possível ler uma ameaça indireta às faces positivas tanto de (X) quanto de (Y), pois (X) reconhece suas limitações com relação a certos comportamentos de (Y) e, ao mesmo tempo, o critica:

Às vezes tenho vontade de matá-la. pq tem (1) uns jeitos tão estranhos de me consolar que quando penso: (2) To dentro de um buraco. Não vou sair mais. E toda vez que tento, caio e me arranho, me machuco, muito. Ela vem, com vários baldes de água e me destrói. Enche o buraco de água e eu penso Putaquepariu! vou me afogar!. Depois, com a cara mais lavada do mundo, ela diz: agora bóia.

Para finalizar seu texto, *F* direciona-se ao próprio objeto de discurso pela estratégia referencial de nomeação (3), e, utilizar a estratégia de polidez de agradecimento com o uso de anáfora indireta (4).

(3) Lors, Obrigada (4) pelo carinho, pela amizade, pelo companheirismo. E pode ter certeza que é tudo recíproco.
Se isso é amor? Pode ser...

Considerações finais

De forma geral, no texto analisado são construídas duas faces positivas bidirecionais: a do dono do perfil, uma vez que o texto é a representação por escrito de impressões positivas que o falante possui acerca dele; e a do amigo, que ao criar o texto e demonstrar tantas qualidades do objeto de discurso está seguindo o lado positivo da teoria da polidez, construindo, dessa maneira, uma imagem pública apreciada pelos amigos do dono do perfil: a sua face positiva (BROWN & LEVINSON, 1987). Nesse sentido, consideramos que

A polidez está mais ligada às normas, convenções e princípios gerais que presidem à interação pela linguagem em dada cultura, em dada sociedade. Isto é, a polidez é uma prática regida por convenções sociais de natureza mais geral impostas ao contrato conversacional, como os princípios de tomada de turno na conversação, as formas de tratamento (sujeitas às condições específicas de cada cultura), as estratégias de preservação de face, etc., de modo que tem mais a ver com educação

savoir faire, obediência às regras gerais da interação social. (KOCH & BENTES, 2008, p. 29).

De forma geral, as estratégias de polidez são sobrepostas à referência nos atos de fala do texto apresentado. Essas estratégias são elaboradas a partir da categorização do objeto do discurso dono do perfil, de forma laudatória, para que os leitores elaborem uma imagem socialmente positiva de (Y), uma vez que

A sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria. Estabelece também as categorias a que as pessoas devem pertencer, bem como os seus atributos, o que significa que a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio (MELO, 2005, p. 1).

Como pudemos perceber, as estratégias de polidez não ocorrem isoladamente dentro do texto. Pelo contrário, elas são apropriadas ao contexto em que estão envolvidas questões linguísticas, socioculturais e condições de aplicabilidade.

Assim as estratégias de polidez não são fechadas por si sós, mas a situação comunicativa é o que define o comportamento tanto social, quanto linguístico que será adotado. Como Lakoff (1975) afirma, a polidez tem muitas facetas, portanto pode se apresentar de diversas maneiras que variam de acordo com idade, cultura e educação de um determinado grupo. Assim, como percebemos, ao ser polido, o falante irá utilizar a forma de referência mais condizente possível com o seu propósito enunciativo.

Acreditamos, então, que ao estruturar o seu texto, (X) constrói sua própria imagem com certas manobras protetoras para elaborar uma mensagem amigável e de proximidade para o dono do perfil, e, assim, cria socialmente sua própria face positiva, uma vez que está declarando publicamente o quanto gosta do amigo e o admira. Nesse sentido,

a pessoa mostra-se respeitosa e polida, não deixando de estender a outros o tratamento cerimonial que lhes possa ser devido. Emprega discrição; deixa de expor fatos que poderiam implícita ou explicitamente contradizer as reivindicações positivas feitas por outros. (GOFFMAN, 1980, p. 85).

Dessa maneira, o texto apresentado configura-se a partir da emissão de atos de fala que corporificam uma representação socializada de (Y), isto é, “moldada e modificada para se

ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada” (GOFFMAN, 1992, p. 40). Nesse sentido, nota-se a constante utilização de estratégias de polidez positiva (BROWN & LEVINSON, 1987), as quais estão relacionadas à imagem social.

Por todo o exposto, como resultado das observações feitas, podemos considerar que a noção da polidez, em combinação com os postulados sobre referenciação, se mostra adequada e suficiente para compreendermos de forma mais aprofundada a relação entre o modo como o participante de uma interação elabora suas mensagens, recorrendo a estratégias de polidez não só por cuidado com a face do outro, mas com a sua também, uma vez que quer preservar a sua condição social.

Referências

BROWN, P.; LEVINSON, S. Universals in language usage: Politeness phenomena. In: GOODY, E. N. *Questions and politeness: Strategies in social interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 56-289.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. et al. Dimensões textuais nas perspectivas de abordagem do texto. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-261.

GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santo Raposo. Petrópolis: Vozes, 1992.

KOCH, I. *Introdução à Linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

_____. Como se constroem e reconstróem os objetos de discurso. *Revista Investigações: Linguística e Teoria Literária*, Recife, UFPE, v.21, n. 2, jul. 2008b.

_____; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; _____. *Ler e escrever: Estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

LAKOFF, R. *Language and Women's Place*. New York: Harper and Row, 1975.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002a.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V; MORATO, E. M. M.; BENTES, A. C.(Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 53-101.

_____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. et al. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.